

# Programa ambicioso de investimentos no Rio

por Reginaldo Heller  
do Rio

O orçamento do Estado do Rio de Janeiro para o próximo ano, que está sendo encaminhado pelo governo à Assembléia Legislativa, está longe de ser considerado, na sua formulação original, recessivo. Afinal, para um total de despesas a serem autorizadas da ordem de Cr\$ 2,259 trilhões, ou 120% a mais do que no ano corrente, o orçamento está prevendo para despesas de capital, isto é, investimentos e amortizações, Cr\$ 512 bilhões, ou 22,66%. Deduzidos os montantes relativos à amortização dos empréstimos que vencem ao longo do ano que vem, da ordem de Cr\$ 182 bilhões, fica para investimentos produtivos nada menos que Cr\$ 330 bilhões, ou 14,6% do total, sendo que Cr\$ 130 bilhões praticamente concentrados em educação.

## DEFICIT

Contudo a aparente generosidade das contas orçamentárias do governo estadual para 1984 é meramente figurativa. Na realidade, a estimativa de receita, considerando, também, uma variação nominal de 120%, é de apenas Cr\$ 1,650 trilhão. Isto é, existe um hiato de recursos, que pode ser considerado um déficit a ser financiado, da ordem de Cr\$ 598 bilhões. Em outras palavras, apesar de solicitar autorização para despesas de custeio (incluindo os juros da dívida), da ordem de Cr\$ 1,747 trilhão, e investimentos (incluindo amortização), os recursos só atenderão à manutenção da máquina administrativa e seus gastos correntes. Pretende o governo fluminense rolar a amortização da dívida interna e externa, em 1984, e ainda criar mecanismos de financiamento para seus investimentos. Destacam-se, entre estes últimos, os seguintes: Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos da ordem de Cr\$ 130 bilhões,

que serão aplicados prioritariamente em educação; saneamento, Cr\$ 36 bilhões; energia, Cr\$ 22 bilhões; habitação, Cr\$ 25 bilhões; transportes, Cr\$ 29 bilhões; e outros, Cr\$ 87 bilhões.

## AMBIÇÃO

O programa de investimentos do orçamento do Estado do Rio de Janeiro é, de fato, ambicioso, na medida em que pressupõe um aumento da dívida real da ordem de 25%, saltando de Cr\$ 1,3 trilhão, entre dívida direta e indireta, para Cr\$ 1,630 trilhão. Impacto totalmente inaceitável pelo próprio governo. A previsão de reajuste das despesas de pessoal acompanha a política do governo federal e estima um aumento de apenas 100%, enquanto o déficit orçamentário para despesas de custeio, estimado em Cr\$ 86 bilhões, ou 5% do orçamento, será eliminado por simples cortes nos gastos.